

O preço das privatizações

Atenção! Somos nós que pagamos pelas privatizações, ou seja, pela entrega do patrimônio público para o setor privado. O governo usa o dinheiro dos impostos que pagamos para construir empresas de prestação de serviços, como de telefonia, saneamento básico, metrô, energia elétrica, etc, e quando ficam prontas para servir a sociedade, equipadas com tecnologia de ponta, são vendidas a preço de banana para a iniciativa privada lucrar, administrando o que é nosso como bem entende

Com todos os serviços fora do controle do governo, qual é a tarefa que lhe resta? Para que precisamos do Estado? Seu dever é fornecer a prestação de serviços que todos os cidadãos têm direito, mas o que tem ocorrido, principalmente em São Paulo, é a entrega de tudo o que é público para empresas privadas. Até a educação e a saúde estão se tornando instrumento de enriquecimento, sem contar com a água, o metrô e os bancos estatais.

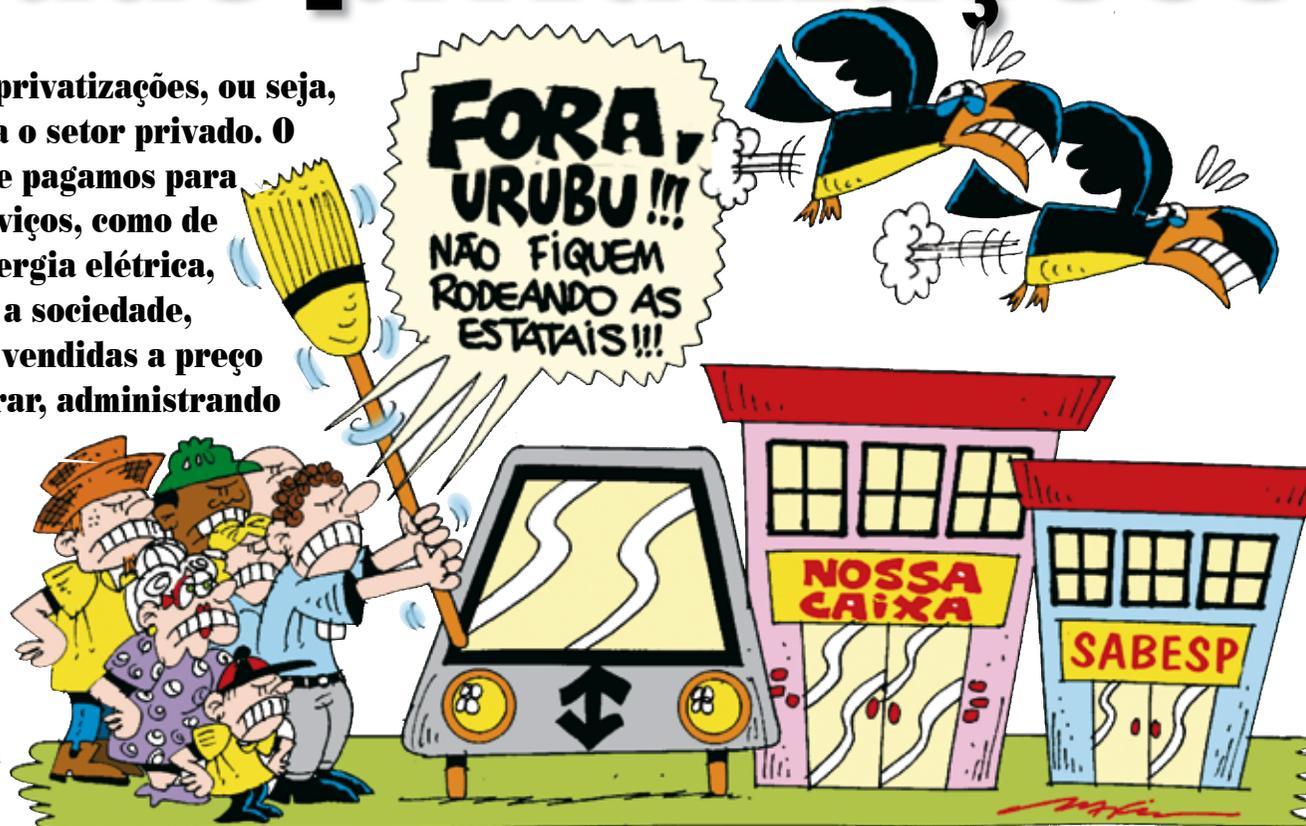
Essa é uma prática que começou a ser adotada em 1990, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), e privatizou 33 empresas estatais. Depois veio o governo FHC, que deu continuidade ao “programa”, privatizando 70% das estatais que sobraram.

Escândalos e consequências

Além de deteriorar a qualidade do serviço prestado

e provocar aumentos de tarifa (o preço do gás subiu 444,8%, telefone 380%, energia elétrica 222%), as privatizações elevam o nível de desemprego. Quando a Fepasa foi privatizada, 10.026 funcionários foram demitidos, enquanto o Banespa teve seu quadro reduzido de 14 para 9 mil trabalhadores.

Dizem que estas vendas de patrimônio público são feitas para sanar dívidas do Estado, mas a americana AES Eletropaulo comprou a energética brasileira em 1998 (com dinheiro emprestado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e fechou 2004 com uma dívida de R\$ 5,283 bilhões, submeteu os brasileiros ao apagão em 2001 e ainda perdeu 50% das empresas do sistema para o BNDES, para reparar sua dívida de US\$ 1,2 bilhão com o banco.



Há que se ressaltar o duvidoso processo de venda das estatais, a preço de banana, como é o caso da Vale do Rio Doce, que está sendo questionado na justiça e virou objeto de CPI – engavetada pelo governo FHC, desinteressado em apurar os desvios dos recursos públicos ocorridos nesta negociação.

Nossa tarefa

Assim como é obrigação do governo gerir o Estado e garantir os direitos dos cidadãos, é dever de todos nós exigir que isso seja cumprido. Diga não a todas as privatizações! Vamos garantir a manutenção das riquezas de nosso país!

Falta Bilhete Único para os cidadãos

A integração do transporte por ônibus, metrô e CPTM sempre foi objeto de propaganda política em São Paulo, já que este é um projeto que beneficia os cidadãos. No entanto, logo ao ser implantado, os usuários foram surpreendidos com a extinção do bilhete múltiplo de 10 (M-10), que aconteceu sem aviso prévio, lesando a população com o fim do desconto do M-10 – antes o preço do bilhete já havia aumentado 29%, contra 10,5% do bilhete unitário.

Agora, os usuários estão sendo surpreendidos com a falta de Bilhete Único nos postos de venda, o que os obriga a gastar mais. O cidadão que pagaria R\$ 3 para andar de ônibus e metrô com o Bilhete Único, gastará R\$ 4,10. Mas na lógica neoliberal dos empresários, R\$ 1,10 não faz diferença no bolso de ninguém.

O Sindicato repudia mais este abuso por parte dos empresários que, lamentavelmente, usam o Bilhete Único como mais um instrumento de propaganda e exclusão dos cidadãos.

É o nosso metrô que está em jogo

O governo do Estado e a Cia. do Metropolitano continuam querendo entregar a Linha 4 - Amarela para a iniciativa privada, bancando o seu lucro com o nosso dinheiro. O governo estadual vai construir toda a estrutura da linha, investindo mais de US\$ 922 milhões advindos dos cofres públicos, ou mais de 73% do total da obra

Para não dar margem a boatos de que a iniciativa privada não vai gastar nenhum tostão com o empreendimento, a proposta é que ela entre com menos de 27% do total (ou menos de US\$ 340 milhões), que serão destinados apenas para a compra dos trens. Em contrapartida, logo no início da operação o governo do Estado pagará US\$ 37,5 milhões para a empresa operar a linha!

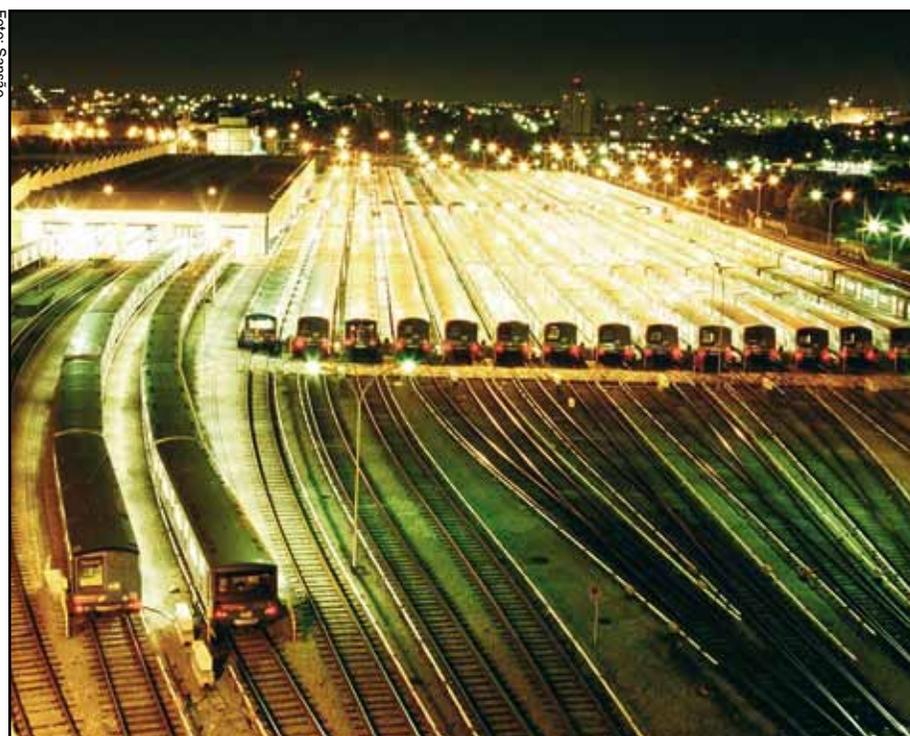
E o absurdo desta tratativa não pára por aí. A empresa privada terá rendimentos garantidos pelos cofres públicos! Veja bem: o usuário pagará R\$ 2,10 pela passagem, mas a empresa receberá R\$ 2,15. Isso significa que o governo do Estado terá que desembolsar R\$ 45 mil, diários, para garantir o lucro da empresa, que não cessará! O governo

estadual pagará pelo transporte de 900 mil usuários por dia, sendo eles transportados ou não.

Fora isso, e entre outros absurdos do edital de licitação da Linha 4, os trens vão circular sem operadores; haverá apenas um funcionário por estação e o Corpo de Segurança será reduzido. Não podemos permitir que o nosso metrô se transforme em moeda de troca para empresários aumentarem seu patrimônio privado. Tudo isso comprometerá a qualidade dos serviços prestados a nós mesmos. Diga não à privatização do Metrô!

Participe e divulgue esta campanha! Conheça todo o histórico da luta contra a privatização do Metrô acessando: www.naoprivatizacaodometro.org.br

Foto: Sansão



População, diga não à privatização na Sabesp!

Os cidadãos paulistas estão diante de mais um ataque neoliberal do Governo do Estado: a implantação da Parceria Público-Privada (PPP) na Sabesp, a começar pela Estação de Tratamento de Água do Alto Tietê, localizada em Suzano e que abastece vários municípios e toda a região Leste da Capital.

Alegando ampliar a produção de água, o Governo quer dar continuidade à onda privatista que já arrebatou os setores de telefonia fixa, de energia e outros, e agora intenta contra o saneamento, vital para a saúde e bem estar da população, de caráter estritamente social e que deve continuar a ser gerido pelo poder público.

O Governo estadual, em sua ânsia de entregar o patrimônio à iniciativa privada, em sua concepção de Estado mínimo, vê a Sabesp como a "bola da vez", visto que é uma empresa lucrativa e a maior da América Latina no segmento.

Mas o que todos já sabem é que qualquer forma de privatização, e a PPP é uma delas, vai contra os interesses da população e da classe trabalhadora: aumento exorbitante de tarifas, precariedade de serviços, prazos não cumpridos, exploração de trabalhadores, terceirização e demissões.

Isto tudo porque o investidor privado persegue o lucro, ele não se atenta à demanda social, isto é função do ESTADO.

Defendemos o saneamento com gestão pública de qualidade e controle social, visando a universalização dos serviços, o acesso indiscriminado a água potável e o esgotamento sanitário, visto que o saneamento é um setor primordial para a saúde pública: para cada real aplicado em saneamento economiza-se 4 em saúde.

O saneamento é item fundamental para o desenvolvimento de um país, diminui drasticamente a mortalidade infantil e impulsiona o crescimento nas regiões que

dispõe dos serviços básicos.

No caso da Sabesp, mais propriamente na Estação de Tratamento de Água do Alto Tietê, a modalidade de PPP usada é a das mais vantajosas para a iniciativa privada: o parceiro privado fará um complemento da obra existente que hoje já atende três milhões de pessoas e operará todo o sistema. Ou seja, aplicará um investimento mínimo, correspondente a 20% da parceria para o novo empreendimento, tomará conta de tudo e ainda terá sua receita garantida, independente se a água tratada será ou não consumida.

Não podemos concordar com isto.

Por tudo que acreditamos e defendemos, somos contra a PPP, e conclamamos a população a estar ao nosso lado nessa luta em defesa dos direitos sociais e do patrimônio público.



Sintaema – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo